

TJ-MS

Cargo -

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR –
ANALISTA TÉCNICO-CONTÁBIL –
CONTABILIDADE



Editais verticalizados

TJ MS - Tribunal de Justiça
do Mato Grosso do Sul

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação e Compreensão de texto.

Organização estrutural dos textos.

Marcas de textualidade: coesão, coerência e intertextualidade.

Modos de organização discursiva: descrição, narração, exposição, argumentação e injunção; características específicas de cada modo.

Tipos textuais: informativo, publicitário, propagandístico, normativo, didático e divinatório; características específicas de cada tipo.

Textos literários e não literários.

Tipologia da frase portuguesa. Estrutura da frase portuguesa: operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Problemas estruturais das frases.

Norma culta. Pontuação e sinais gráficos.

Organização sintática das frases: termos e orações.

Ordem direta e inversa.

Tipos de discurso.

Registros de linguagem.

Funções da linguagem.

Elementos dos atos de comunicação.

Estrutura e formação de palavras.

Formas de abreviação.

Classes de palavras; os aspectos morfológicos, sintáticos, semânticos e textuais de substantivos, adjetivos, artigos, numerais, pronomes, verbos, advérbios, conjunções e interjeições; os modalizadores.

Semântica: sentido próprio e figurado; antônimos, sinônimos, parônimos e hiperônimos.

Polissemia e ambiguidade.

Os dicionários: tipos; a organização de verbetes.

Vocabulário: neologismos, arcaísmos, estrangeirismos; latinismos.

Ortografia e acentuação gráfica.

A crase.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO

Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006).

Regimento Interno e Manual de Atribuições da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul (Portaria nº 2.100, de 04.08.2021).

Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Resolução nº 252, de 21.07.2021).

Plano de Cargos e Carreiras do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário de MS (Lei nº 3.687/2009).

Código de Organização e Divisão Judiciárias (Lei nº 1.511/1994).

Gestão Antissuborno: Portaria nº 2.121, de 08.11.2021 – Dispõe sobre a Política de presentes, brindes, hospitalidades e ou vantagem de qualquer espécie no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul;

Portaria nº 2.329, de 06.05.2022, com alterações dada pela Portaria nº 2.401, de 13.07.2022 – Dispõe sobre a implantação de um Sistema de Gestão Integrado de Qualidade e Antissuborno, a fim de atender aos requisitos das normas ISO 9001:2015 e ISO 37001:2017, no âmbito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul;

Portaria nº 2.209, de 06.12.2021 – Dispõe sobre a comunicação, recebimento e tratamento das comunicações de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.

Todas as normas supramencionadas estão disponibilizadas no Portal do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, link <https://www.tjms.jus.br/legislacao/>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Contabilidade geral e societária

Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.

Fatos contábeis e variações patrimoniais.

Lançamentos contábeis.

Crítérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).

Noções de Legislação Societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.

Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).

Demonstração do Valor Adicionado.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Notas explicativas.

Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ativo Intangível. Arrendamentos. Subvenção e Assistência Governamentais.

Contratos de Seguro. Ajuste a Valor Presente.

Estoques.

Custos de Empréstimos.

Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Evento Subsequente. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Ativo Imobilizado.

Propriedade para Investimento.

Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.

Tributos sobre o Lucro. Benefícios a Empregados.

Demonstrações Consolidadas.

Mensuração do Valor Justo. Receita de Contrato com Cliente.

Contratos de Concessão.

Relato Integrado: conceitos e estrutura.

Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.

Contabilidade aplicada ao setor público.

NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.

Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.

Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC T SP 11; e de acordo com o MCASP.

Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

Conceito de contas patrimoniais e de resultado.

Função e estrutura das contas.

Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.

Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.

Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.

Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.

Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.

Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no MCASP (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial).

Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.

Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).

Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).

Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).

Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.

Administração Financeira e Orçamentária.

Orçamento público: conceitos e princípios orçamentários.

Evolução conceitual do orçamento público.

Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.

Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.

Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).

Leis de Créditos Adicionais.

Emendas parlamentares ao Orçamento.

Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.

Classificações orçamentárias.

Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento (MTO).

Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.

Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.

Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.

Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e decretos regulamentadores.

NOÇÕES DE DIREITO

Noções de Direito Constitucional.

Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos.

Organização político-administrativa: União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

Administração pública: disposições gerais, servidores públicos.

Poder Judiciário. Disposições gerais. Órgãos do Poder Judiciário: competências.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ): composição e competência.

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, advocacia e defensoria públicas.

Noções de Direito Administrativo.

Noções de organização administrativa.

Administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Desconcentração.

Princípios expressos e implícitos da administração pública.

Órgãos públicos.

Agentes públicos.

Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul (Lei nº 3.310, de 14.12.2006).

Processo Administrativo.

Poderes administrativos.

Ato administrativo.

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; controle dos Tribunais de Contas.

Improbidade Administrativa.

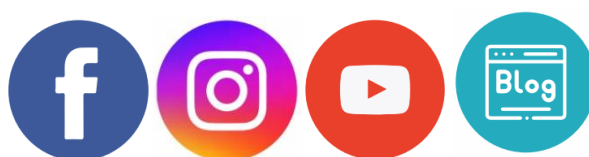
Responsabilidade civil do Estado.

Licitação e Contratos. Lei nº 14.133/2021.

Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!